



GREVE GERAL PARA ENFRENTAR OS ATAQUES DO GOVERNO TEMER



CONJUNTURA

DECLARAÇÃO POLÍTICA DE ESPAÇO SOCIALISTA E
MOS (MOVIMENTO DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA)

CONJUNTURA

LUTAR CONTRA TEMER SEM DEFENDER O
“VOLTA, DILMA”

EDUCAÇÃO

CONTRA A LEI DA MORDAÇA: PELO DIREITO
DE ENSINAR CRITICAMENTE

FORMAÇÃO

MOVIMENTO ECOLÓGICO E CAPITAL

INTERNACIONAL

AMÉRICA LATINA: A VOLTA À
“NORNALIDADE” NEOLIBERAL

DECLARAÇÃO POLÍTICA ENTRE ESPAÇO SOCIALISTA E MOS (MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA)

Desde julho de 2015, o Espaço Socialista e o Movimento de Organização Socialista (MOS) iniciaram um processo de discussão e intervenção conjunta para uma maior aproximação entre as duas organizações.

Esse processo de aproximação que vem se aprofundando revela a necessidade da unidade de lutadores e lutadoras pela revolução. Após uma ruptura com o PSTU, em 1998, o Espaço Socialista é fundado. O ano passado, retomado o contato com o MOS, formado em 2012, também composto de militantes que romperam com o PSTU e com outros agrupamentos da esquerda institucionalizada não governamental, o cenário de lutas e de ataques à classe trabalhadora nos colocou esse desafio.

Com a perspectiva de fusão das duas organizações estamos construindo, desde então, discussões, elaborações conjuntas, organismos comuns, materiais assinados pelas duas organizações (faixas, panfletos, jornais) e a intervenção prática na realidade.

Com isso, buscamos em 2017, no ano do centésimo aniversário da Revolução Russa, reafirmar essa fusão a partir da comprovação na realidade da importância e da necessidade da unidade na luta anticapitalista, antigovernista e socialista.

Dentro de uma compreensão marxista da realidade, as duas organizações apontam que a saída para a classe trabalhadora no Brasil e no mundo passa pela estratégia da revolução, frente à crise estrutural do capital mundializado e contra sua barbárie crescente.

Criticamos as saídas e o viés burocrático-eleitoral que têm norteados a esquerda institucionalizada não governamental. Ainda que seja necessário ocupar espaços legais, entendemos que não faz sentido se não for para procurar impulsionar as lutas e contribuir para a construção dos setores mais explorados do proletariado e da classe trabalhadora.

Acreditamos na necessidade urgente da formação de organismos de frente única e de luta direta desses setores, portanto, toda organização que tem como estratégia a saída revolucionária para o país precisa ter uma política de combate/

desmascaramento do Estado burguês de suas instituições, de seu regime democrático burguês e de seu modo de vida destrutivo e explorador.

Por acreditarmos que a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores, as duas organizações apostam no resgate do verdadeiro centralismo democrático e não dessa deformação que vigora na maior parte das organizações que se reivindicam como revolucionárias.

Insistiremos na construção e no fortalecimento da democracia operária não contaminada por uma estrutura frouxa ou uma federação de tendências, própria de agrupamentos que têm como estratégia a disputa das eleições burguesas e dos aparatos sindicais.

O centralismo democrático reivindicado pelas duas organizações busca retomar o que existiu no partido bolchevique, até os primeiros anos da Revolução de 1917, com amplo debate e publicidade de ideias e posições.

O debate interno nas organizações marxistas é um debate da própria classe trabalhadora, que apresenta em seu seio diversas divergências. Publicizá-lo é combater, dessa forma, a estrutura de seita de grande parte da esquerda, fechada em dogmas e “verdades revolucionárias”. E busca contribuir na formação e no avanço da consciência da classe operária e dos demais explorados e oprimidos.

O entendimento das duas organizações é que com o resgate do verdadeiro centralismo democrático reforçaremos a intervenção conjunta que se contrapõe a infinidade de rachas existentes na esquerda, o que possibilitará o fortalecimento de uma atuação independente das amarras do Estado contra os inimigos da classe trabalhadora.

Embora reconheçamos a importância dos processos revolucionários socialistas do século XX e parte de seu legado, é também compreensão comum entre as duas organizações não reivindicar “modelos” como Cuba, Coreia do Norte, os antigos estados do Leste Europeu, China e ex-URSS, assim como o chamado “Socialismo do Século XXI” de Hugo Chávez-Nicolas Maduro, Rafael Corrêa, Evo Morales e Daniel Ortega, pois,

buscamos construir uma intervenção comum na luta de classes calcada na independência de classe e na estratégia da Revolução Socialista.

Não reivindicar por completo os “modelos” acima citados não significa desprezar o internacionalismo. É uma tarefa de toda organização revolucionária buscar relações com a luta dos trabalhadores de todo o mundo e construir efetivamente os laços internacionais da classe, ainda que haja uma série de motivos que levem a dispersão da esquerda revolucionária.

Reafirmamos que temos como marco para nossa atuação os embates da classe trabalhadora, a democracia operária e o internacionalismo, ainda que na atual dispersão da esquerda revolucionária, não tenhamos relações com nenhum agrupamento internacional.

Para evitar qualquer tipo de cooptação do Estado capitalista, de seus regimes, das burocracias parlamentares e sindicais que atuam em seu interior as duas organizações defendem que suas finanças estejam totalmente desatreladas e independentes do Estado burguês e de qualquer organismo de frente única de massas.

Frente a uma conjuntura defensiva e de muitos ataques à classe trabalhadora, de crise da consciência socialista com retrocesso na consciência das camadas exploradas, produto de seguidos processos de restauração capitalista (na ex-URSS, Leste Europeu, Cuba e China, “Socialismo do Século XXI”, o lulopetismo no Brasil, Syriza na Grécia, etc.), o combate à fragmentação da esquerda que tem a estratégia da Revolução, passa a ser decisivo.

A dispersão, em centenas de agrupamentos no Brasil e milhares no mundo, da esquerda que tem como estratégia a revolução, nos faz presas fáceis para o Capital e seus agentes e torna-se um impeditivo para nos tornar referência nos processos de luta e resistência da classe trabalhadora, desperdiçando as oportunidades de avançar a luta.

A realidade de exploração do capital que a cada dia reafirma sua barbárie tem exigido de lutadores e lutadoras a unidade para o fortalecimento da classe que a

tudo produz, nada decide e pouco usufrui. É urgente transformarmos essa realidade capitalista miserável e que impõe a dispersão dos que lutam! Esse processo de aproximação e provável

fusão entre o Espaço Socialista e o Movimento de Organização Socialista busca atender essa necessidade e reescrever a história de forma diferente, demonstrando que é possível atuar em

outra perspectiva: ao invés da separação, a unidade da esquerda marxista que tem a revolução como estratégia. Pelo fortalecimento da classe trabalhadora, a unidade revolucionária!!

MICHEL TEMER, UM GOVERNO PARIDO EM MEIO À DIVISÃO INTERBURGUESA

Temer assumiu o lugar de Dilma em 12 de maio, resultado da pressão de manifestações multitudinárias – desde março de 2015 – pelo afastamento da petista e de uma crise política profunda. As manifestações pela permanência de Dilma, apesar de significativas, não conseguiram impedir sua queda.

No entanto, esse arranjo burguês, de fato, contou com o apoio majoritário de setores da classe dominante, como a grande indústria (FIESP, por exemplo), os banqueiros, o agronegócio e os setores chamados da “lumpem burguesia” (mercado da fé, mercado da bala). Também juntou as representações parlamentares correlatas (PSDB, PMDB, DEM, PSB).

Porém, mesmo com esse amplo apoio, Temer não conseguiu a mesma unidade burguesa de 1992/94, como foi com Itamar e que levou ao Plano Real, adequando o Brasil à economia mundializada e suas demandas privatistas e de ataques à força de trabalho.

Tampouco, Temer, conseguiu a unanimidade de apoio por parte dos governos da burguesia internacional. Muito pelo contrário: países como Uruguai, Rússia, China, Venezuela, El Salvador, Cuba, entre outros não reconheceram o novo governo brasileiro.

O petismo conseguiu, no exterior, relativo sucesso na divulgação da ideia de que se tratava de um Golpe de Estado, semelhante ao que ocorreu no Brasil em 1964. E resgatou para essa propaganda a lembrança dos afastamentos recentes de Zelaya em Honduras (2009) e Fernando Lugo (2002) no Paraguai.

É um processo ainda em aberto que a depender de vários fatores, principalmente como a classe trabalhadora vai reagir, Temer pode se fortalecer ou até mesmo não resistir por muito tempo.

○ PROJETO PARTICULAR PETISTA DE GOVERNO BURGUESES

O modelo de gerenciamento do Estado brasileiro, construído no

lulopetismo, procurou se manter obediente aos contratos com a banca internacional (cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e aprovação da Reforma da Previdência de 2003), à busca pela construção do chamado superávit primário e, também, à uma política econômica que garantisse a lucratividade dos demais setores do capital.

Para isso Lula ampliou do crédito e do incentivo à exportação de commodities, tomou como parceiro principal a China. Medidas que foram financiadas pelo constante endividamento, através da venda de título da dívida pública. Foi através desses marcos capitalistas, aos quais se adequou e em parceria com esse setor, que o governo petista desenvolveu um projeto particular de poder.

Esse projeto foi construído em base às minúsculas concessões aos projetos sociais e sem esboçar nenhuma política de reformas que pudesse se expressar de fato em conquistas sociais como a Reforma Agrária ou a soberania do Estado nacional.

Registre-se que as relações do PT com o setor de empreiteiras foram sendo construídas bem antes da chegada de Lula ao poder em 2002: foi assim nos sindicatos cutistas, via câmaras tripartites (governo, empresários e sindicatos) e consequentes parceiras; foi assim também em prefeituras e governos estaduais, administrados por petistas que, com o fomento de obras, estreitou relações com esse segmento.

Ademais, o petismo, também por dentro do movimento sindical, já tinha se

incorporado aos fundos de pensão e, por consequência, ao setor financeiro. Como o próprio Lula cansava de se gabar “*em nenhum governo da história do Brasil, os banqueiros lucraram tanto, como no meu governo*”.

O projeto arquitetado por José Dirceu e Lula, através de recursos do Estado (principalmente do BNDES e das obras da Petrobrás) fomentou o setor de construção civil que, em contrapartida, “financiava” a maioria parlamentar do bloco governista, sedimentando as alianças mais espúrias e fisiológicas com partidos como o PMDB, o PP ou com figuras de triste passado na história brasileira como Maluf, Sarney, entre outros. Nada diferente de governos burgueses anteriores que sempre governaram esse país.

Assim, se garantiu a gestão petista: um projeto de governo de longo prazo, em que se mantinham intactas as bases do Estado burguês brasileiro, com busca de controle, através de pequenas concessões, das amplas massas beneficiadas pelos programas sociais.

UMA PEDRA NO CAMINHO PETISTA: A CRISE ECONÔMICA DE 2008

A crise aberta em 2008 nos EUA, a crise “das hipotecas”, chegou à economia que mais crescia no mundo: a chinesa, chefiada pelo Partido “Comunista” e diretamente atrelado à economia imperialista estadunidense. A China teve crescimento reduzido de 12% ao ano para patamares inferiores a 7% anualmente. Também substituiu as exportações pela expansão do seu mercado interno.

Em consequência dessa mudança nos rumos da economia chinesa as commodities brasileiras foram afetadas. A isso soma-se a forte queda registrada nos preços internacionais (soja, petróleo, minério de ferro e outros produtos do agronegócio).

Esse modelo de gerenciamento do capitalismo brasileiro, sob o lulopetismo, apresentou sinais claros de esgotamento (baixos índices de



crescimento do PIB, queda na produção, etc.) e mostrou que a crise capitalista não era uma “marolinha” como afirmou Lula. Era uma crise profunda, na qual o modelo econômico petista ruuiu e com ele a base de sustentação para o PT governar.

Com o aprofundamento da crise e o aumento das dificuldades de o capital realizar suas taxas de lucro, as frações burguesas procuraram construir uma saída legal para superar o lulopetismo. O apoio a Aécio na eleição de 2014 (que perdeu a eleição por uma diferença 1,5% dos votos) foi o primeiro movimento de um setor da burguesia brasileira mais vinculado aos imperialismos ianque e europeu de chegar ao poder central.

O SEGUNDO GOVERNO DILMA: MAIS À DIREITA E MAIS CRISE

Dilma, no segundo mandato, foi logo atendendo a banca internacional com a nomeação de um nome do mercado financeiro (Joaquim Levy do Bradesco) para o Ministério da Fazenda e de outro do agronegócio que foi Katia Abreu para o Ministério da Agricultura, se aproximando ainda mais dos setores mais conservadores da sociedade brasileira.

Para responder à crise econômica que se aprofundava optou por medidas cada vez mais duras contra os trabalhadores. Editou medidas provisórias de ataque aos direitos dos trabalhadores, como a 664 (retirada de direitos previdenciários) e 665 (restrição para concessão de seguro desemprego), no que se convencionou chamar de Ajuste Fiscal. Para piorar o que já era ruim, apoiou a aprovação do projeto do tucano Serra que retirou da Petrobrás o direito de participação mínima de 30% na exploração dos campos de petróleo.

Os cortes no orçamento da saúde, Educação e outros serviços públicos (para pagar a dívida aos agiotas) também foram outra constante desse governo.

Também foi neste segundo mandato que intensificou a criminalização dos protestos e dos movimentos sociais, com a aprovação da “Lei Antiterrorismo”, buscando se mostrar confiável no sentido de garantir a segurança dos contratos internacionais e dos grandes negócios como as Olimpíadas de 2016. Enfim, a lista de ataques aos nossos direitos é grande... Tudo para mostrar ao “deus mercado” como o seu governo é de servidão.

Entretanto, essas medidas foram consideradas insuficientes pelo mercado (que é controlado pelos banqueiros agiotas, comerciantes, industriais, etc.) que, como sempre, quer mais e exige mais ajustes, mais ataques aos direitos dos trabalhadores e aos poucos programas sociais e com maior rapidez.

A saída de Levy do Ministério da Fazenda foi a senha para os parlamentares (na condição de representantes das diversas frações do capital) passarem a utilizar o argumento de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (as chamadas pedaladas fiscais), imputando crime de responsabilidade à Dilma, abrindo-se assim o processo de impeachment, em março desse ano.

A CONSPIRAÇÃO DAS FRAÇÕES BURGUESAS CHANCELADA PELA MÍDIA E PELO JUDICIÁRIO

Com praticamente todo o Congresso questionado pelas denúncias de corrupção e um executivo sem poder de articulação, entra em cena outro pilar do regime: o Judiciário. Representante que é dos interesses burgueses passou a coordenar, do ponto de vista legal, os passos do impeachment.

Várias das medidas (diga-se de passagem, bem seletivas) de Moro na “Operação Lava Jato” eram adotadas bem de acordo com o momento político, contribuindo assim para construir uma histeria coletiva. A condução coercitiva de Lula e a divulgação (ilegal) das escutas de suas conversas isolaram ainda mais o PT, o que levou à debandada de vários partidos da base parlamentar.

O STF entrou na jogada dando, a cada passo, legitimação ou mesmo corrigindo os passos do processo de impeachment. Até mesmo a última cartada de Dilma, a nomeação de Lula como Ministro da Casa Civil, foi barrada.

Paralelamente, o mesmo STF e Moro blindavam figuras como Aécio, Serra e até Temer (citados várias vezes em delações premiadas), fundamentais para a articulação do novo governo, além de pessoas-chaves para a condução do processo de impeachment.

Tudo isso com o apoio dos grandes meios de comunicação (em particular, a Rede Globo).

A histeria coletiva presente nas manifestações reacionárias dos “coxinhatos” foi baseada em um fascismo

societal, próprio das grandes crises capitalistas e suas grandes ondas de desemprego, como observamos nos EUA com o crescimento de Trump. Assim como na Europa, na onda xenofóbica (contra estrangeiros), contra árabes e refugiados.

Também é o mesmo que levou ao poder a extrema-direita na Áustria e na Hungria e ao crescimento eleitoral de Marine de Le Pen, na França.

No caso brasileiro, esse fascismo societal, tem como alvo os pobres, os beneficiados pelos limitados programas sociais como Bolsa-Família e as regiões do país mais abrangidas por esses programas como o Nordeste.

A aprovação do impeachment na Câmara foi seguida pelo Senado e Dilma afastada por até 180 dias para apuração e julgamento definitivo do processo. Pôs-se fim a mais de 13 anos do PT no poder, pois a possibilidade de reversão é remotíssima.

GOVERNO TEMER: CONTINUAM OS ATAQUES SOBRE OS TRABALHADORES

Primeiramente é importante demarcar que o governo Temer é de continuidade de um projeto econômico que até a pouco era coordenado pelo PT. As diferenças entre Temer e Dilma não são suficientes para dizer que se trata de outro projeto.

Temer está dando um ritmo que Dilma não estava conseguindo impor. A maioria das medidas ou foram elaboradas ou cogitadas por Dilma. Como não tinha força, Temer assume a responsabilidade de aprova-las para que as diversas frações da burguesia brasileira possam retomar suas taxas de lucro.

Com um ministério composto por diversos investigados pela “Operação Lava-Jato” (quando fechávamos esse artigo, Jucá não completava doze dias como ministro), o governo Temer tem uma duríssima agenda de ataques aos trabalhadores para cumprir:

✓ Reforma da Previdência: Quer impor a idade mínima para celetistas e aumentar a dos



funcionários públicos, igualando para mulheres e homens; Fim da aposentadoria especial de professores;

√ Flexibilização das leis trabalhistas: muda as férias remuneradas e o 13º salário; o negociado se sobrepõe à lei (categorias com pouca organização e com sindicatos pelegos perdem direitos que já estão na lei);

√ **PLP 257:** congelamento salarial por no mínimo dois anos, suspensão de concursos públicos, possibilidade de demissão com o fim da estabilidade para o funcionalismo (através de avaliação de desempenho e outros mecanismos). Esse projeto, mesmo direcionado ao funcionalismo, atinge toda a população (principalmente a mais pobre), pois os serviços públicos seriam ainda mais precarizados;

√ Mais privatização: há quatro aeroportos, trechos de rodovias e terminais portuários que, se leiloados ainda no segundo semestre deste ano, como se prevê, podendo arrecadar próximo de R\$ 31 bilhões. Também os Correios e outras estatais (230 empresas do setor elétrico, a maior parte pertencente à Eletrobrás), a Infraero, as companhias Docas, a Casa da Moeda, a Caixa Seguros, o IRB Brasil, União na BNDESPar (braço do BNDES), Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasaminas), Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casemg), Novacap e Terracap) estão na alça de mira do “novo” governo.

MAS, TAMBÉM VAI TER RESISTÊNCIA

As coisas não vão ser fáceis para Temer. No primeiro embate perdeu: funcionários do Ministério da Cultura decidiram fazer o mesmo que os secundaristas e ocuparam o MINC, em vários estados, contra sua extinção. A ocupação do MINC ganhou apoio da intelectualidade e de vários artistas renomados. O governo recuou e decidiu recriar o Ministério.

A juventude, principalmente a secundarista, protagoniza a luta por Educação pública de qualidade e contra seu desmonte. A onda das ocupações de escolas, iniciadas em São Paulo em 2015, atingiu Goiás, Rio de Janeiro, Ceará e, agora, Rio Grande do Sul com mais de 150

escolas. E apesar da repressão que sofrem, seguem lutando!

A recente exoneração de Jucá, tido como “homem forte” do governo interino, do Ministério do Planejamento após vazarem gravações a respeito do “pacto nacional” para conter a Operação Lava Jato, desgasta ainda mais o governo e intensifica a crise política no país.

O momento atual exige muita unidade dos trabalhadores, pois os ataques serão imensos. **Diante desse cenário, está colocada a necessidade de uma greve geral para enfrentar todos esses ataques.**

Como parte da preparação dessa greve geral, ou como sua antessala, é necessária a organização de uma **greve geral da Educação pública**, setor que tem sido vanguarda desde 2015, com as greves dos professores do Paraná, de São Paulo e, agora, no Rio de Janeiro e com as lutas estudantis em curso. A palavra de ordem dos secundaristas paulistas, “Não Vai Ter Corte!”, pode ser o elemento unificador.

A SAÍDA É POR FORA DA INSTITUCIONALIDADE BURGUESA

Toda crise política coloca possibilidades de a classe trabalhadora se colocar em luta e com força no processo e avançar a sua consciência socialista. Mas para isso, em certa medida, depende da política das organizações socialistas. E nessa parte, as coisas não andam bem.

De um lado, “antigos/as” governistas só querem a volta de Dilma para continuar fazendo a mesma coisa. De outro, algumas organizações de esquerda mostram os seus limites, com posições que capitulam ao governismo ou carregam como saída o parlamento.

A defesa de “Fora, Todos! Eleições Gerais” joga ilusões de que o problema se resume às pessoas que estão no parlamento e não ao próprio poder do capital e da burguesia com seu tipo de democracia (que funciona só para os ricos). Ou que novas eleições resolverão os problemas do país. Até mesmo setores da burguesia trabalham com essa hipótese. É uma carta na manga da classe dominante, com a qual fletam

setores patronais como a Folha de São Paulo.

Outra posição de saída institucional é a de “constituinte livre e soberana”. Eleição de constituintes, nas condições atuais, é eleger Bolsonaros e Felicianos. E sabemos bem que o processo eleitoral é viciado e comandado pelo grande capital. Imaginem como seria uma nova Constituição com essa composição: o pouco que nos resta de direitos e liberdades democráticas se perderiam.

O significado dessas políticas é, ainda que às vezes sob uma forma radical, a capitulação à democracia burguesa e a contenção do movimento de massas, relegando a ação direta – fonte de nosso poder – a um plano secundário.

Não defendemos a política do “Fora, Temer!” por considerarmos que neste momento tem um conteúdo de “volta, Dilma”. No entanto, se esses atos ganharem a presença dos trabalhadores contra os cortes passarão a ter um caráter progressista. Hoje não é assim.

Com a construção e o desenvolvimento das lutas da classe trabalhadora que necessitam prosseguir e se intensificar (devido ao aumento preços, cortes de direitos e dos serviços públicos, além do aumento do desemprego) avançaremos na consciência de que os governos burgueses não nos representam e nas formas de organização e ação direta de trabalhadores/as, para construção de um poder próprio da classe trabalhadora.

PLENÁRIAS DE BASE: CONSTRUINDO FORMAS UNITÁRIAS E DE BASE

Não há saída que seja imediata e por dentro do sistema! É fundamental que os trabalhadores construam a sua alternativa política.

Vemos na construção de **plenárias de base e num encontro nacional de ativistas para construir um programa capaz de apontar uma saída para a crise sob a perspectiva dos trabalhadores contra o capital** formas necessárias para organizar a classe a partir da base e de seus problemas reais.

Partimos do pressuposto da necessidade de colocar na ordem do dia a ofensiva socialista, ainda mais no contexto da crise estrutural do capital, marcado por subtração de direitos, intensificação e precarização do trabalho. Faz-se urgente recolocar na ação da esquerda socialista a luta por uma sociedade socialista e pela revolução!



A “LEI DA MORDAÇA”: MAIS UM ATAQUE À EDUCAÇÃO E A CLASSE TRABALHADORA

Em novembro de 2015, o projeto de lei Escola Livre, “carinhosamente” apelidado pela categoria docente alagoana de “Lei da Mordaça” – de autoria do deputado Ricardo Nezinho (PMDB) – foi aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa de Alagoas. Entretanto, a PL foi vetada pelo governador do estado, sob os argumentos dos custos que a lei acarretaria ao governo, como fornecer cursos de ética aos profissionais docentes e, também, sobre a PL ferir a própria Constituição Federal, que prevê a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento.

Esse projeto acompanha o movimento político “Escola Sem Partido”, iniciado pelo advogado Miguel Nagib em 2004. Desde então, vários projetos de leis ideologicamente convergentes com essa proposta estão para a apreciação no Congresso Nacional: PL 7180/2014 e PL 7181/2014, ambos de autoria do deputado Erivelton Santana (PSC/BA); o PL 2731/2015, do deputado Eros Biondini (PTB-MG); o PL 1859/2015, de Izalci Lucas (PSDB/DF) e Givaldo Carimbão (PROS-AL) e outros deputados.

Segundo a nova lei, a categoria docente está proibida de opinar sobre política, religião e ideologia. Sob o falso argumento de que é preciso livrar a escola de “ideologia”, e consolidar um “ensino neutro”, o que demonstra ignorar o acúmulo histórico de produção científica da humanidade.

E, ao mesmo tempo, estes parlamentares fingem que o conhecimento não se trata de uma construção social. O autor e seus apoiadores pretendem com isso que somente o ideário burguês seja a base da Educação no estado, que exista somente uma verdade e se deva impedir que os professores distorçam essa “verdade”. E esse conceito de verdade dos autores do projeto é em si uma expressão ideológica da classe dominante.

O projeto coincide com mobilização do movimento estudantil, sobretudo as mobilizações de secundaristas que explodem pelo país. Querem não só calar os professores, mas cercear o desenvolvimento de uma consciência crítica e o direito de reivindicação dos

estudantes, por meio das mobilizações. Não é sem propósito, pois esse momento da conjuntura política, em que é aplicado o ajuste fiscal e os cortes nos direitos sociais são gigantescos, resvalam nas escolas públicas e na péssima qualidade de ensino que elas oferecem.

O papel dos educadores passa de fomentador dos debates e instigador do senso crítico, para vulgares reprodutores do que nos impõe os livros didáticos. Mas, essa lei não só prejudica o papel da profissão docente e a liberdade de pesquisa, mas interfere diretamente na sociedade. Como se dá isso?

AS OPRESSÕES NO BRASIL E EM ALAGOAS

Essa lei busca impedir a discussão de gênero nas escolas (chamada por esses parlamentares de “ideologia de gênero”). Seus defensores defendem coisas absurdas e tapam os ouvidos sobre notícias de feminicídio, violência doméstica, violência sexual e violências contra a comunidade LGBT.

Muitos argumentam que estupradores e homicidas são “monstros”, “doentes” e assim tentam anular a responsabilidade da sociedade de tê-los criado. Na verdade, não são. Especialistas da área de psiquiatria forense são taxativos em dizer que estupradores não são necessariamente criminosos com problemas psicológicos. É importante ressaltar que, segundo o Mapa da Violência, 67,2% dos agressores de mulheres, onde os atos incluem violência física, psicológica, sexual, tortura, tráfico humano, entre outras, são seus próprios familiares, parceiros e ex-parceiros. Onde essas pessoas aprendem que é certo ou deixam de aprender que é errado?

No Brasil, os dados da violência contra a mulher e LGBTs são alarmantes. Segundo o mesmo “Mapa da Violência de 2015: Homicídios de mulheres no Brasil”, 50,3% dos homicídios de mulheres são cometidos por familiares, onde 33,2% do total de feminicídios foram cometidos por parceiros ou ex-parceiros das vítimas. Uma mulher é estuprada a cada 11 (ONZE) minutos no Brasil. O número de feminicídio contra negras aumentou em 54% nos últimos dez anos, ainda segundo o Mapa da Violência.



Alagoas é o quarto estado com mais homicídios de mulheres e está sempre à frente no quesito de assassinatos de homossexuais e pessoas trans.

O Brasil registra 5 denúncias de violência contra LGBTs por dia, porém os números reais são muito maiores. Mas segundo os defensores da lei, não precisamos falar sobre violências de gênero e sexuais nas escolas.

O Brasil é o quarto país mais lento na redução da mortalidade materna, enquanto a criminalização do aborto escanteia as mulheres pobres e da periferia para procedimento não seguro, e as relega a procedimentos clandestinos (de alto risco de infecções e fatalidades).

O fracasso da implementação da disciplina de Educação sexual nas escolas amplia os altos índices de gravidez na adolescência e na proliferação de doenças sexualmente transmissíveis. Todos esses pontos perpassam pela discussão de gênero que os parlamentares querem impedir.

Se não precisamos debater com crianças e adolescentes sobre violência de gênero e diversidade sexual, estranhamente as primeiras perguntas feitas pela sociedade quando se sabe de casos de estupro são sobre o que vestia a vítima, onde andava a vítima, com quem ela andava. Questiona-se a vítima e isenta os agressores de sua real culpa.

Ainda nos deparamos com discursos de ódio, como o propagado por Jair Bolsonaro, que violência física é um modo de corrigir os filhos de “condutas erradas”. Ou como proferiu o próprio, que “ter filho gay é falta de porrada”. Ou que se visse dois homens se beijando na rua, iria bater neles!

Enquanto o Estado burguês

reacionário busca nos calar e barrar nossas lutas, os casos de violência e de ódio continuam aumentando. Ver Nota Espaço Socialista de 29/05/2016 sobre a barbárie do estupro coletivo.

Não nos calaremos! Não à “Lei da Mordação”, não à censura!

√ Pela liberdade de discussão política, de gênero e religiosa nas escolas.

√ Pela liberdade de ensinar, pesquisar e aprender!

√ Por mais políticas públicas contra a violência contra mulheres, comunidade LGBT e negrxs!



MOVIMENTO ECOLÓGICO E CAPITAL

SÉRGIO LESSA

Um dos mais dramáticos e evidentes sinais da desumanidade do modo de produção capitalista é o que se denomina de “a questão ecológica”. Por essa razão, esse é também um dos temas em que a ideologia burguesa mais concentra esforços para evitar que se tome consciência da raiz do problema. E é como auxiliar ideológico da burguesia que a maior parte do movimento ecológico – mas, evidentemente, não todo – surge e se desenvolve.

Como já vimos no Jornal Espaço Socialista n. 84, não há sociedade humana que possa se reproduzir sem transformar a natureza. A transformação da natureza é o trabalho e, seus produtos, são necessariamente ou meios de produção (ferramentas, máquinas, prédios, estradas etc.) ou meios de subsistência (alimentos, moradia, roupas, remédios etc.). A história da humanidade é, por essa razão, também (portanto, não somente) a crescente transformação da natureza no que necessitamos e, com o passar do tempo, a transformação do Planeta Terra em um ambiente cada vez mais adaptado às nossas necessidades.

Pensemos em uma cidade. A cidade, em sua totalidade, é o resultado de uma construção realizada pelo trabalho de gerações seguidas, ela nada tem de natural. Um parque apenas é um parque porque os humanos determinaram que assim seja. A cidade é um ambiente criado pelos seres humanos para atender as necessidades dos seres humanos. O mesmo vale para tudo na nossa história: a produção de energia, a produção de roupas, moradias, meios de transporte, comunicação, comércio etc. Paulatinamente, a humanidade foi se desenvolvendo e convertendo o planeta naquilo que necessitamos.

Isso é uma característica insuperável da vida humana. Ser humano significa, necessária e insuperavelmente, transformar a natureza no que necessitamos. E isso está presente em

todos os momentos da nossa história. Até mesmo nos seus momentos mais primitivos. Uma tribo ou bando que apenas é capaz da coleta (ver Jornal n.83) promove uma transformação intensa por onde passa: se alimenta de tudo o que encontra, insetos, animais, ovos de passarinho, frutas maduras ou verdes, raízes e assim sucessivamente. Toda a história da humanidade envolve alguma transformação significativa do meio ambiente e não há vida humana sem essa característica.

Isso não é decorrente de nenhuma escolha de nossa parte, os humanos. Pelo contrário, isso é decorrente da própria natureza, da qual somos o resultado. Como vimos no Jornal Espaço Socialista n. 84, foi do desenvolvimento da matéria inorgânica que surgiu a vida. Foi do desenvolvimento da vida que surgiu o ser humano. Por essa razão estritamente natural, tal como todos os animais e plantas, nós também apenas podemos sobreviver se transformarmos o ambiente, se transformamos o planeta.

Sem dúvida, a forma com que transformamos o planeta é diferente da forma como os outros seres vivos o fazem. Enquanto os outros agem sobre o meio ambiente de forma biológica, nós transformamos o ambiente pelo trabalho e, por isso, ao transformamos a natureza transformamos também a nós próprios e, portanto, as nossas relações sociais. Enquanto os animais vivem sempre do mesmo modo, nós passamos do modo de produção primitivo ao escravismo, ao feudalismo e depois ao capitalismo. Isso é verdade: não transformamos a natureza do mesmo modo que os animais. Contudo, não menos verdadeiro é que não há vida humana sem constante transformação da natureza, tal como ocorre com todos os seres vivos. E isso é uma decorrência direta do fato de sermos um animal, o *Homo sapiens*.

ROMANTISMO ECOLÓGICO

É importante compreendermos esse fato para podermos, logo de cara, descartar a escola romântica como uma alternativa viável ao problema ecológico.

A escola romântica tem sua origem em um filósofo francês do século 18, então um dos pensadores mais radicais da burguesia revolucionária: Rousseau. Sua tese central é que os homens nasceram livres e bons e que a vida social os teria convertido em mesquinhos e maus. Naqueles anos, imaginava-se que no passado os homens tinham uma vida em comunidade e em harmonia com a natureza, que teria sido uma era de abundância e de felicidade. Depois, as sociedades teriam degenerado a todos nós na mesquinha e no individualismo da civilização. Sua solução era o *Contrato Social* (o título de um dos seus livros mais conhecidos): um acordo pelo qual todos combinariam regras de funcionamento da sociedade de tal modo a recuperar a harmonia e a felicidade do passado.

Depois de Rousseau, um pensador importante da escola romântica foi Henry Thoreau (1817-1862). Ao seu modo, lutou pela igualdade e era crítico do capitalismo. Defendeu a tese da Desobediência Civil (título de um dos seus livros) em que afirma o direito à desobediência frente a todo governo que não represente o povo – um texto que influenciou Gandhi e o movimento pacifista dos anos de 1970. Sua proposta era de um retorno à vida junto à natureza e a busca de uma harmonia com a mesma a partir dos exemplos dados pelos animais e pelas plantas.

A tradição romântica da ecologia tem, até hoje, grandes influências e

repercussões no modo como o movimento ecológico em geral trata da relação dos seres humanos com a natureza. Influente exemplo do romantismo ecológico em nossos dias é a Hipótese Gaia, que pressupõe o planeta como um ser vivo que “responderia” às nossas “agressões”

ROMANTISMO ECOLÓGICO É SEMPRE BURGUEËS

O romantismo ecológico serve, sempre, à burguesia. Por duas razões, fundamentalmente.

A primeira razão está em conceber a relação homem/natureza como um “problema ecológico” que causaria um “desequilíbrio ecológico”. O “desequilíbrio” ecológico parte do pressuposto de que haveria um equilíbrio natural, como uma “sabedoria” inerente à natureza, que “deveria” (o verbo dever tem, nessas concepções, um enorme papel, o romantismo ecológico é sempre moralista) ser respeitado e, que, os indivíduos, com seus comportamentos inadequados (ignorância, falta de cultura, individualismo, egoísmo etc.) terminam por destruir. Essa seria a essência do “problema ecológico” e, aqui a segunda razão, sua solução estaria na modificação do comportamento dos indivíduos (pela Educação, pela ação governamental, por meio de melhores leis e agentes fiscalizadores mais eficientes etc.) para que respeitassem o “equilíbrio” e a “sabedoria” naturais.

O conceito teórico de “equilíbrio ecológico” se complementa com uma individualista concepção prática: a origem e a solução do “problema ecológico” estaria no comportamento dos indivíduos

A concepção romântica de um “equilíbrio” dado pela natureza que seria rompido pelo comportamento humano, sempre associada à concepção de que a origem e a solução do “problema ecológico” estaria na ação do indivíduo, tal concepção serve como uma luva às necessidades ideológicas do capital. Fundamental e essencialmente porque retira do centro do problema a totalidade do modo de produção e coloca como chave da solução a alteração do comportamento individual *no interior* do atual modo de produção.

CAPITAL E ECOLOGISMO

As grandes soluções teóricas para os problemas mais complexos são, muitas

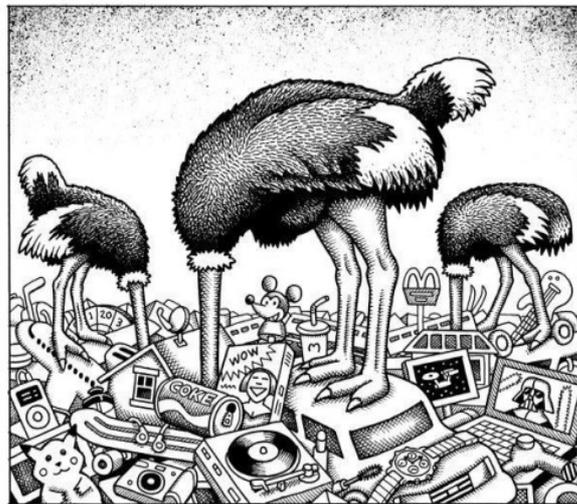
vezes, bastante banais. O “problema ecológico” não foge a essa regra: vivemos em um planeta finito, com um volume finito de recursos naturais e, portanto, há um limite dado pela natureza para nossa capacidade de transformar a Terra. É verdade que o desenvolvimento de novas tecnologias e novas descobertas científicas possibilitam fazer recuar esses limites; ainda assim, a finitude do planeta evidencia que nossa capacidade de transformá-lo é, também, finita.

Essa finitude tem duas consequências imediatas.

A primeira: o modo como transformamos o planeta é uma questão decisiva para a sobrevivência da humanidade (se consumirmos perdulariamente as reservas de água ou se continuarmos a poluir o planeta, não é preciso muito para se perceber o quanto estamos criando a possibilidade de destruirmos a nós mesmos). A segunda consequência: que, ao transformarmos a natureza, as necessidades e possibilidades em consideração devem ser aquelas que dizem respeito à sobrevivência da humanidade no seu todo.

Dessas duas consequências, segue uma conclusão obrigatória: como o capitalismo se reproduz atendendo tão-somente às necessidades do lucro (da máxima extração da mais-valia, para ser mais preciso), se não superarmos o capitalismo não haverá possibilidades de transformamos a natureza em um modo adequado à sobrevivência dos humanos. A questão decisiva está, não no comportamento dos indivíduos, mas no modo de produção em sua totalidade. Ao velar esse fato e falsificar tanto a questão, quanto a solução, o movimento ecológico em geral (portanto, admitindo-se exceções) acaba auxiliando o capitalismo.

O equívoco decisivo da maior parte do movimento ecológico está na solução que propõe à questão ecológica. A hipótese de não transformarmos a natureza, ou de recuperarmos seu estágio originário, é uma completa inviabilidade, pela razão de que só há vida humana se transformarmos a natureza naquilo que precisamos. O verdadeiro problema não



está na transformação social da natureza, mas em como precisamos transformar a natureza de modo a não colocar em risco a sobrevivência da humanidade.

CAPITAL E MEIOS DE PRODUÇÃO

A essência de cada modo de produção está em sua forma de propriedade. Todas as sociedades de classe se baseiam na propriedade privada. O capitalismo não é exceção.

Lembremos o que vimos no *Jornal Espaço Socialista* n. 77: a propriedade privada não é o instrumento de uso pessoal, como a roupa que se usa ou a casa em que se mora, mas a relação de exploração que faz com que uma parte da sociedade (sempre minoria) viva da riqueza produzida pela outra parte da sociedade. Escravos e senhores feudais, proletários e burgueses – na famosa passagem do *Manifesto Comunista*, de Marx e Engels. Pois bem, no modo de produção capitalista, esta relação de exploração é o capital e, essa relação de exploração se reproduz sempre ampliamente (o capital, ao explorar o trabalho, acumula a mais-valia e, assim, tem seu valor acrescido, acrescido novamente e, uma vez mais acrescido e, assim, sucessivamente.)

Como toda propriedade privada, o capital também estabelece como relação básica entre humanos a concorrência. Não apenas aquela que, desde a Babilônia até nossos dias, se expressa na luta de classes entre a classe dominante dos proprietários privados e os trabalhadores mas também aquela que ocorre no interior da classe dominante. Em nossos dias, o burguês apenas sobrevive no mercado se for capaz de manter seu negócio “rendável”, isto é, se for capaz de retirar de seus

trabalhadores a quantia de mais-valia que lhe permita vencer a concorrência. A questão decisiva não é, portanto, a de sobreviver no longo prazo – ao contrário, ele apenas estará no mercado daqui a dez anos se for capaz de sobreviver no próximo mês ou no próximo semestre.

Por isso, dizia Keynes, não devemos considerar o futuro, pois no futuro estaremos todos mortos. Por isso, diz Mészáros em *Para além do capital*, a ideologia e a prática da burguesia não podem incorporar o futuro: para o capital, apenas o presente importa. Essa é a essência do fato, que Marx discute tão intensamente no Volume I de *O capital*, de que a natureza tem a função, no modo de produção capitalista, de meio de produção de mais-valia.

Ou seja, os finitos recursos naturais do planeta serão transformados levando em consideração, apenas e tão somente, o maior lucro imediato que se possa produzir. Se isso leva ao aquecimento global, se destrói as florestas e, com isso, gera uma atmosfera ruim para os seres humanos; se destrói as reservas de água ou a biodiversidade etc. – esses são problemas que não podem sequer fazer parte das preocupações e das finalidades da produção. Pois a finalidade da produção não é atender às necessidades humanas, mas obter lucro – algumas vezes, mesmo sem atender a qualquer necessidade humana, como a produção das bombas atômicas etc.

Percebam: produzimos comida para matar a fome, produzimos casas para dar abrigo aos humanos, produzimos energia para atender às necessidades humanas por calor, luz etc. – mas não o faríamos se essa produção não fosse lucrativa. Em uma famosa passagem de *O Capital*, Marx comenta que o modo de produção capitalista ampliou e, ao mesmo tempo, reduziu a produção. Ampliou, pois produz muito mais produtos e em uma quantidade muito maior que no passado; reduz porque, de fato e realmente, se produz apenas mais-valia, já que tudo que é produzido nada mais é que meio de produção de mais-valia.

Ao a natureza ser reduzida a meio de produção de mais-valia, está dada a essência do problema ecológico: converteremos a natureza na maior quantidade possível de mais-valia, sendo indiferente se com isso produziremos ou não um planeta cada

vez mais inóspito para nós próprios. A essência do problema ecológico é a essência da alienação que brota do capital: produzimos uma riqueza cada vez maior pela produção de uma humanidade crescentemente desumana e, simultaneamente e pelos mesmos atos, produzimos uma riqueza cada vez maior convertendo o planeta em um lugar cada vez mais inóspito aos humanos.

Em poucas palavras: a desumanidade da humanidade para consigo própria (as alienações produzidas pelo capital) é a essência do problema ecológico (aqui, sem aspas). A essência do problema ecológico reside na essência do modo de produção capitalista e, não, no comportamento dos indivíduos. Ao destruímos a nós próprios enquanto humanos, destruímos também as condições imprescindíveis para sobrevivermos no planeta. A produção voltada ao lucro tem a mesma desumanidade essencial tanto ao produzir uma sociedade desumana, quanto ao produzir um planeta no qual os humanos não possam viver. São as duas faces da mesma moeda.

O problema ecológico não reside nos indivíduos – aqui um dos grandes equívocos do romantismo ecológico. Pelo contrário, os indivíduos se comportam dessa forma porque o modo de produção assim o exige: mesmo que o burguês e o proletário saibam que estão destruindo o planeta, tenham consciência de que estão convertendo o planeta em algo ruim para os humanos, para sobreviverem como burguês e como proletários continuam a produzir o que produzem, do modo como o produzem, por um exigência da totalidade do sistema do capital. Em definitivo, o problema não reside no indivíduo, mas na totalidade



do sistema; a solução não está em um novo comportamento dos indivíduos no interior do modo de produção capitalista, mas na superação deste último.

SÃO PAULO E A FALTA DE ÁGUA

Um bom exemplo, pela sua atualidade e sua dramaticidade, está na falta de água nos grandes centros urbanos. Peguemos o caso de São Paulo.

Segundo dados da própria Sabesp (a companhia que distribui a água na cidade) mais de 30% da água tratada é perdida em vazamentos e inoperâncias do sistema (evaporação, contaminação com água não tratada etc.) A, tomemos como exemplo, produção de um carro de passeio (com toda a cadeia de produção de suas peças e equipamentos) consome ao redor de 25 mil litros de água (cerca da metade do consumo mensal de uma residência média em São Paulo) (Jornal *O Estado de São Paulo* de 4 de março de 2016).

Faz-se então o cálculo: o que daria mais lucro? Investir o necessário para diminuir ou eliminar as perdas de água ou deixar os encanamentos danificados? Alterar as técnicas de produção dos carros para diminuir o consumo de água ou mantê-las? A conclusão também óbvia: o que de fato dá mais lucro é convencer a população a consumir menos água de tal modo que seja possível prosseguir produzindo-se mais-valia tal como se produz hoje, sem ter que se investir nem nos encanamentos e tratamento da água nem em novas técnicas de produção que economizem a água.

É aqui que a concepção romântico-individualista do “problema ecológico” (agora com aspas) auxilia ideologicamente o sistema do capital: caberia aos indivíduos, por uma consciência superior e uma concepção menos individualista, economizarem água. Ao consumirmos menos água em nossas casas, por mais que o sistema do capital poderá continuar lucrando sem ter que realizar investimentos na infra-estrutura e em novas técnicas de produção. E, assim, o tema do capital amplia sua lucratividade continuando a produzir a mais-valia com investimentos já realizados.

Espero que esteja ficando claro: economizar água em nossas casas (ou, mais em geral, adotar um comportamento individual menos perdulário), sem superar o modo de produção capitalista, é algo que serve à burguesia, não aos trabalhadores. Pois as indústrias (no caso

de São Paulo) continuarão a consumir água até o final dos reservatórios, independente do que consumirmos em nossos banhos, ou ao lavar nossas roupas. Pela única razão de que isto é mais lucrativo: ao consumirmos menos, mais sobra para “eles”. Pois, novamente, os recursos naturais são, para o sistema do capital, apenas meios de produção de mais-valia e, não, recursos para serem transformados tendo em vista as necessidades dos seres humanos.

MORALISMO E MOVIMENTO ECOLÓGICO

Ao retirar do centro da questão o modo de produção capitalista e ao focar todo o problema ecológico no comportamento do indivíduo, para a maior parte do movimento ecológico não resta senão apelar para a moral. E, aqui, a hipocrisia inerente à burguesia ganha uma intensidade toda especial.

O governo que faz campanhas para que não lavemos nossas calçadas, para que economizemos energia, água etc. é o mesmo que defende o capital contra o trabalho, que faz de tudo para manter elevada a lucratividade do grande capital, que esconde as verdadeiras causas do desastre ecológico. Quer-se promover nos indivíduos uma consciência moral para que se comportem de modo a preservar a água (de modo mais geral, os recursos naturais) com a única

finalidade de manter a redução da natureza a meio de produção de mais-valia. Postula-se que “preservemos” a natureza para que “eles” possam ter mais lucros destruindo a própria natureza que nos recomendam preservar.

Por isso os movimentos ecológicos que não tomam como central a questão da superação do modo de produção capitalista são, sempre, auxiliares do capital – quer seus integrantes tenham ou não consciência desse fato.

Também por isso, o movimento ecológico, em sua enorme maioria, ao buscar soluções *no interior* do sistema do capital, não pode jamais se voltar contra a atividade mais humana destruidora da natureza: a guerra. Combate-se o abate das baleias ou o transporte de lixo tóxico dos países imperialistas aos países mais pobres – mas não se diz uma palavra sobre a destruição ecológica que são as guerras.

A razão desse silêncio? O complexo industrial-militar é uma válvula de escape importante para o sistema do capital em crise estrutural para ser questionado. Preservar as baleias ou o peixe-boi, fazer propaganda da energia eólica (dos ventos) ou solar, promover a agricultura “bio” ou “ecológica”, incentivar a indústria homeopática contra a alopatia, tudo isso é possível. Mas, um pacifismo radical, um radical combate às guerras, nem pensar! Aqui, como em todos os lugares, o

reformismo é aliado do capital.

Moralismo, individualismo e ideologia burguesa: esses são os limites mais comuns do movimento ecológico. Pela direita ou pela esquerda, sem distinção. A verdadeira questão está centrada na totalidade do modo de produção e, a autêntica solução, em sua superação. Não há aqui (como em todas as questões decisivas para a humanidade) meio-termo: ou se é a favor ou contra as desumanidades do sistema do capital. É impossível um capitalismo de face humana, tal como é impossível a transformação do planeta para atender às necessidades humanas autênticas sem superarmos o capital.

INDICAÇÕES DE LEITURA:

De Marx, os *Manuscritos de 1844* é muitíssimo interessante, em que pese a formulação ainda imatura de várias questões (a melhor edição é a da Expressão Popular, a da Boitempo é particularmente ruim). O Livro I de *O capital* possui muitas passagens sobre a questão (a edição da Abril Cultural continua a melhor em nosso país). Como exemplo de um texto que propõe a solução da questão ecológica por dentro do mercado, conferir o artigo de Michael Löwy na Revista Crítica Marxista n. 28 “Ecosocialismo e planejamento democrático” (baixar do site da revista).

AMÉRICA LATINA: A VOLTA À “NORMALIDADE NEOLIBERAL”

Passados 15 anos de governos ditos “progressistas” ou neopopulistas na América Latina, eis que presenciamos o retorno da chamada “normalidade neoliberal”.

Vários países de grande influência econômica fizeram parte desse processo: Venezuela com Chávez, Argentina com o casal Kirchner, Bolívia com Evo Morales, Equador com Rafael Correa, Chile com Michelle Bachelet, Brasil com Lula (e depois Dilma), Paraguai com Fernando Lugo, Honduras com Zelaya e Nicarágua com Daniel Ortega.

Sobretudo nos inícios de seus mandatos, esses governos eram vistos (cada qual à sua maneira) como supostos agentes de rupturas, alternativos aos governos neoliberais. Foram tomados, então, como um contraponto aos governos

de duas décadas anteriores – que tinham desferido duríssimos ataques aos trabalhadores e aos funcionários públicos, contribuído para aumentar o desemprego, além de desregulamentar a economia e privatizar os recursos naturais e empresas estatais (muitas vezes com contratos fraudulentos e extremamente prejudiciais para suas populações).

Naquele período, o impulso ao crédito fácil e a juros baixos nos EUA e na Europa, o deslocamento de inúmeras empresas para a China, Índia e outras economias faziam com que o crescimento econômico mundial se desse através de taxas elevadas. A China crescia de forma muito acelerada.

Fosse a partir de rebeliões sociais, ou em prevenção a elas, setores das burocracias de Estado, ligadas ou não,



ao movimentos sindicais, aliadas com setores da burguesia interna mais ligados às matérias-primas (agronegócio, exportadores de minérios etc.), respaldaram-se em setores de massas que, desgastados com tantos anos de ataques neoliberais, vislumbravam a possibilidade de alavancar suas



condições sociais. Vemos, assim, que foram setores sociais que viam interesses comuns que conduziram, ou apoiaram, a ascensão desses governos.

De nossa parte, nunca nutrimos ilusões de que os chamados governos chavistas (ou os demais que, de alguma maneira, surgiram em sua esteira) fossem socialistas ou revolucionários, mas governos *nacionalistas burgueses* (no caso de seus expoentes mais radicalizados, como na Venezuela, Bolívia e Equador).

Dirigidos por burocracias de Estado e setores médios da sociedade (e aliados a setores da burguesia e pequena burguesia de seus países), esses governos não se propunham a romper, de fato, com os limites do capitalismo, recusando-se de fato a avançar em um poder dos trabalhadores e na expropriação da burguesia.

Devido aos limites colocados pela própria organização atual do capitalismo mundializado, apontávamos que não seria possível sequer manter projetos emancipadores sem a ruptura com 1) o capitalismo, 2) o mecanismo da dívida e 3) a ruptura com o imperialismo, num regime de democracia operária (que nenhum desses governos se propunha).

Hoje é visível que, apesar de escaramuças e enfrentamentos pontuais e parciais desses governos com o imperialismo, não houve uma ruptura, ou mesmo redução, da dependência estrutural desses países. Consolidou-se a conformação a um papel de fornecedor de matérias-primas e alimentos na divisão internacional do trabalho, que retoma a sua antiga função da época colonial como produtores de matérias-primas e consumidores de produtos industrializados.

O período em que houve o *boom* do valor das matérias-primas e alimentos

propiciou as condições objetivas para esses governos realizarem projetos sociais e políticos (maiores ou menores a depender de cada país) que, mantendo (e até aumentando) a lucratividade do empresariado, permitiu alguma intervenção do Estado no sentido de direcionar parte (sempre muito menor que a do empresariado) para os

trabalhadores – particularmente os setores mais precarizados, como forma de mantê-los sob controle.

Esses governos puderam se aproveitar de um contexto, até certo ponto excepcional, para realizar algumas reformas que trouxessem avanços democráticos mínimos. Mas, ao não serem estruturados em uma mudança social de fato, agora são passíveis de questionamento e reversão à medida em que a burguesia busca retomar de forma direta e mais incisiva a gestão do Estado.

VENEZUELA E BOLÍVIA: O MODELO CHAVISTA

O setor mais avançado desse projeto foi, sem dúvida, o chavismo (na Venezuela) que, depois de reaver o controle estatal sobre a gigante do petróleo PDVSA, pôde se apoiar no preço do barril de petróleo a 120 dólares para realizar um conjunto de reformas e políticas sociais na Venezuela que serviram de modelo para outros países.

Na Bolívia, Evo Morales (pressionado pela rebelião dos mineiros e demais setores indígenas e populares) avançou para um controle sobre as reservas de gás e uma renegociação dos contratos. No Chile e no Equador a busca se deu por um maior controle das reservas de cobre.

Já na Argentina e Brasil, os governos puderam se apoiar na agricultura de exportação (agronegócio) e, no caso do Brasil, na exportação de minérios. Empresas privadas conseguiram lucrar muito mais. Como a economia estava em crescimento, uma parte ainda que menor dos seus lucros podiam ser utilizadas para realizar programas sociais. Na esteira do crescimento econômico e das políticas sociais houve também o avanço de movimentos raciais, de gênero, LGBT e outros.

Durante esse período houve golpes (como o que retirou Chaves), mas que acabou sendo revertido pela mobilização popular. No caso de Evo Morales, ocorreram ameaças de greves de policiais e um constante trabalho da mídia para criar condições para a retirada desses governos (e pelo retorno à normalidade neoliberal). Da mesma forma se deu em todos os demais países, mesmo que fossem arremedos do chavismo.

O BRASIL DENTRO DISSO

No Brasil, o processo se deu de forma diferente, pois foi um dos países em que menos enfrentamentos houve com a burguesia. Ao contrário, a eleição de Lula em 2002 foi bem aceita, uma vez que sua vitória era entendida como mal menor, frente a possibilidade de uma rebelião social da qual surgiam sintomas. Além disso Lula/PT se comprometia abertamente com a manutenção da estrutura e os interesses maiores do capital com a Carta ao Povo Brasileiro (na verdade “Carta aos Banqueiros”). Mesmo assim, desde 2005 a burguesia passa a colocar limites para o prosseguimento do projeto e, então, começam as denúncias sobre o mensalão, em que o PT tem presas todas as suas principais lideranças (José Dirceu, Genoíno, Palocci etc.). É o início da operação de desgaste, que, além de enfraquecer o governo petista, cria as condições para, em algum momento, poder fazer retornar a “normalidade liberal”.

A CRISE DE 2008: FIM DAS CONDIÇÕES MATERIAIS PARA OS GOVERNOS CHAVISTAS E AFINS

A partir de 2008, a crise mundial provoca um choque dos preços das matérias-primas, trazendo o recrudescimento da situação nesses países. Temos a tentativa de Golpe na Bolívia contra Evo Morales pela burguesia da região da Meia Luna e a Greve das Polícias contra Rafael Correa. Na Argentina uma rebelião de camponeses dirigida pelos grandes fazendeiros contra o governo de Cristina Kirchner mostrou a disposição da direita em realizar movimentos que mobilizassem a classe média como massa de manobra da burguesia. O Golpe em Honduras foi justamente o anúncio de que a burguesia visava parar ali o movimento de expansão desses governos de inspiração chavista.

APÓS 2009, A TENDÊNCIA DE DECLÍNIO DAS COMMODITIES SE MANTÉM

A burguesia mundial e os gestores do capital (os estados nacionais) conseguiram contornar a última grande eclosão da crise estrutural, que ocorreu em 2008, a partir de uma megaoperação de salvação dos bancos, fundos de pensões e empresas por parte dos principais estados nacionais. Essa megaoperação significou, segundo alguns analistas, o despejo de mais de 12 trilhões de dólares, parte importante que foram incorporados às dívidas dos estados nacionais. Desse modo, responderam com políticas anticíclicas, conseguindo naquele momento relançar suas economias.

As tensões seguiram aumentando pois, embora tenha se evitado a completa depressão da economia mundial, o crescimento econômico não recuperou mais os patamares anteriores e, portanto, houve uma queda no preço das matérias-primas e alimentos, fazendo com que as condições objetivas dos governos chavistas (e os demais, de conciliação) fossem se esvaindo. Ao mesmo tempo, o aumento da competitividade em nível internacional fez com a que soasse o sinal que uma ofensiva burguesa rumo ao retorno à “normalidade neoliberal”.

AMÉRICA LATINA – QUEDA ACENTUADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Logo a seguir, ocorre o Golpe Institucional no Paraguai que derrubou Fernando Lugo (2012). Esse processou conseguiu “legitimidade” por meio de eleições fraudulentas para implantar medidas antioperárias e antipopulares. A partir de 2013 vemos um acirramento dessas tendências. Os governos da região não conseguem mais sequer manter seus orçamentos e passam a acumular déficits orçamentários e, portanto, a provocar a ruptura do setor que ainda os respaldava (o capital financeiro). No Brasil ocorrem os julgamentos do Mensalão em que as lideranças petistas são condenadas.

Os projetos reformistas, de setores médios (como a burocracias de Estado e das forças armadas) que visavam a redistribuição de uma parte da renda excedente, não alteraram a relação de produção entre as classes. À parte algumas nacionalizações, a estrutura social de classes e a absurda desigualdade permaneceram quase as mesmas.



VITÓRIA DE MACRI, DERROTA DE EVO E CRISE DO GOVERNO MADURO

Nesse marco, os últimos acontecimentos apontam para mudanças na Argentina, em que o candidato neoliberal “puro sangue” – Mauricio Macri – venceu as eleições e já aplica um duro receituário retrógrado contra os trabalhadores. No Brasil, vimos forças de direita e ultradireita se articularem para depor a presidenta Dilma e avançar na agenda reacionária contra a classe trabalhadora. Na Bolívia, Evo Morales perdeu o referendo para que pudesse se candidatar novamente e, sem a sua participação nas próximas eleições, aumenta-se a possibilidade de que a direita “pura e dura” possa voltar.

Na Venezuela, vemos a crise do governo Maduro, que enfrenta um *lockout* patronal e uma campanha golpista da mídia, além de uma Assembleia Nacional em que a oposição de direita é maioria e está buscando todos os meios para enfraquecimento, desestabilização e deposição do governo Maduro.

CONTRA QUALQUER GOLPE! NENHUMA DEFESA DE GOVERNOS DE CONCILIAÇÃO! POR UMA ALTERNATIVA INDEPENDENTE, REVOLUCIONÁRIA DOS TRABALHADORES!

Isso mostra que esses governos, por seu caráter de classe pequeno burocrático-burguês, não eram e não são projetos socialistas. Tampouco foram projetos consequentes de enfrentamento ao capital, pois embora tenham feito enfrentamentos parciais ou pontuais com maior ou menor alarde, via de regra, seguiram respeitando os principais pilares da subordinação de suas economias à globalização capitalista, como os pagamentos de dívidas públicas astronômicas, a manutenção de modelos econômicos pautados na reprimarização das economias (com a não-industrialização ou mesmo desindustrialização), como no caso do Brasil, e a não superação das desigualdade real. As políticas

sociais se mostraram limitadas e passíveis de cortes ao menor sinal de crise e, **a fim e a cabo**, a burguesia deteve seu poder econômico (assim como todos os setores que apoiaram o processo de impeachment, que não foram presos, nem julgados). Esses governos também mantiveram os meios de comunicação nas mãos da burguesia, que puderam, então, influenciar e fazer de massa de manobra grande parte da população.

Também não houve uma mudança das instituições políticas que continuaram funcionando praticamente como antes, permitindo que a burguesia colocasse seus representantes no Congresso.

Mas o maior dano foi no campo da consciência e referência dos trabalhadores. Como esses setores burocráticos desses governos se coligaram com setores da burguesia interna (e até do imperialismo), não queriam e não podiam mobilizar, nem permitir, a livre organização dos trabalhadores sob pena de serem por eles questionados. Contribuíram e provocaram nítidos retrocessos na consciência de classe de luta e organização dos trabalhadores e setores populares, de modo que, hoje, afastam-se das lutas políticas ou, em sua maioria, são massa de manobra das oposições da direita reacionária.

Os setores mais de direita, nessa conjuntura, aproveitam-se do débil quadro da economia (assim como dos casos de corrupção) para voltar ao poder, seja pela “via democrática” (eleições) ou pela via de manobras parlamentares e judiciais ou golpes militares e institucionais.

Diante disso, precisamos batalhar pela reconstrução de uma alternativa socialista e revolucionária, que tenha, de fato, uma sustentação nas lutas contra os ataques da “normalidade neoliberal” e, ao mesmo tempo, não deposite qualquer esperança na manutenção, ressurgimento ou reciclagem de projetos conciliadores com o capital, porque – como cada vez mais se mostra – sempre levam ao crescimento da direita e extrema direita.

Jornal editado mensalmente sob responsabilidade da coordenação nacional do Espaço Socialista. Os textos assinados não necessariamente expressam a opinião da organização.

CONTATOS

www.espacosocialista.org

espacosocialista@hotmail.com

facebook.com/espacosocialista1